

O Planejamento do Turismo: Investigação para o Desenvolvimento Sustentável

Sandra Mary Ashton ^{1, 2}

RESUMO

Este ensaio visa investigar questões referentes ao planejamento do turismo e sua relevância, como contribuição, para formas sustentáveis de desenvolvimento. Para tanto, se sublinha a importância em situar o planejamento num contexto histórico, social e político, apresentando uma análise da evolução do planejamento turístico, para depois refletir acerca de algumas definições apresentadas por estudiosos da área. A seguir, se destaca a pertinência das abordagens que envolvem o planejamento sustentável e sua contribuição para o desenvolvimento regional. Do ponto de vista metodológico, o estudo privilegia o caráter descritivo, a partir de revisão bibliográfica.

Palavras-chave: planejamento; desenvolvimento sustentável; turismo.

ABSTRACT

This essay aims to investigate some questions referring to the planning of tourism and its relevance, as contribution, for sustainable forms of development. In this way, the importance in pointing out the planning in a historical, social and political context, presenting an analysis about the evolution in tourism planning, and later reflects about some definitions presented by experts in this area.

Next, emphasize the relevancy involving the sustainable planning and its contribution to the regional development. In a methodological point of view, this application privileges the descriptive character, from a bibliography review.

Keywords: planning; sustainable development; tourism.

INTRODUÇÃO

As crescentes viagens vêm contribuindo para o desenvolvimento da atividade turística, acarretando a possibilidade de provocar inúmeras transformações nas localidades escolhidas pelos turistas. Essas mudanças podem ser percebidas nos bens do local receptor, como, por exemplo, nos recursos naturais e culturais, nos meios de hospedagem, no entretenimento, na alimentação, nos transportes, nas atividades comerciais, na infra-estrutura de apoio, enfim, se manifestam por intermédio das esferas política, econômica, social, cultural e ambiental de forma abrangente.

Por outro lado, deve-se levar em conta que o desenvolvimento desordenado, originário do fluxo de viajantes, pode trazer malefícios para os locais visitados e provocar efeitos nocivos como, por exemplo, o efeito inflacionário nas regiões receptoras; grandes concentrações nas altas temporadas, acarretando problemas de sazonalidade; elevação dos preços para turistas e residentes; poluição; desmatamentos e erosão; exploração imobiliária; mudanças de usos e costumes locais, entre uma infinidade de outros impactos.

O movimento das pessoas em seus constantes deslocamentos sugere comunidades recebendo visitantes, e, desse modo, exige uma organização da atividade, nas várias esferas de

¹ Mary Sandra Guerra Ashton. Doutora e Mestre em Comunicação Social, Pós-graduada e Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Autora de ensaios publicados na área e organizadora de dois livros. Atua como Coordenadora do Laboratório de Hotelaria, professora e pesquisadora no Centro Universitário Feevale. Diretora na Câmara de Turismo do RS, membro do comitê de Classificação dos Meios de Hospedagem e do COMTUR/NH, Avaliadora dos Cursos Superiores de Turismo do Brasil para a Editora Abril, Coordenadora do Fórum Regional do Vale dos Sinos - SETUR/RS. E-mail: marysga@feevale.br

² Este trabalho é parte das primeiras investigações realizadas para a pesquisa que está sendo desenvolvida no Centro Universitário Feevale intitulada: O planejamento e as políticas municipais de gestão pública do turismo em Novo Hamburgo, na linha de Turismo Sustentável, Grupo de Desenvolvimento Regional.

sua abrangência, que poderá ser possível por meio de um planejamento integrado e sustentável do turismo.

Logo, o estudo objetiva uma investigação acerca da importância do planejamento integrado e sustentável do turismo, a partir do diálogo que será estabelecido entre a contextualização histórica, as definições apresentadas e o âmbito de responsabilidades do planejamento, além da sua relação com as políticas observadas na esfera do desenvolvimento regional. Para tanto, utilizar-se-á um estudo bibliográfico e descritivo, priorizando uma proposta de reflexão e de diálogo, fundamentais à pesquisa.

Desse modo, se justifica a importância em estudar e refletir sobre o planejamento da atividade turística, já que se apresenta como uma ferramenta necessária para o desenvolvimento sustentável da localidade e região, além de ter por finalidade fomentar o turismo, visando à melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

1. CONTEXTO GERAL DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO

Em razão da complexidade da atividade turística e do seu crescimento acelerado a partir da década de 30 e, principalmente, após a II Guerra Mundial, o planejamento tornou-se um instrumento importante para organizar o turismo nas diversas partes do mundo.

Notadamente, o maior impulso no planejamento turístico ocorreu nas décadas de 40 e 50, quando surgiram os primeiros projetos nacionais turísticos na França e na Espanha, os quais foram criados tendo em vista o desenvolvimento acelerado do turismo, gerando a necessidade da ordenação, devido ao crescimento da atividade. (MÜLLER, 2004).

A partir da década de 60, tem início um processo de preocupação, na maioria dos países europeus, quando se começa a pensar na organização e na elaboração de planos nacionais de desenvolvimento turístico, bem como na criação dos primeiros planos regionais, com o intuito de organizar a atividade. (MÜLLER, 2004).

No que se refere ao caso brasileiro, se tem como antecedentes que o modelo de desenvolvimento, adotado pelo Brasil a partir de 1930, priorizou a substituição das importações ao mesmo tempo em que incrementou a industrialização da economia.

Inseridos nesse panorama, se assiste à produção fordista e à compra e venda (troca) de bens e serviços, em nível mundial, gerando uma série de conseqüências. Por conta desse desenvolvimento, entre elas se sublinha o surgimento da indústria de lazer e entretenimento, considerado um dos pilares do turismo, propiciando os primeiros esboços de um planejamento para o turismo no setor público.

Por meio do programa governamental de desenvolvimento - Plano de Metas, criado em 1956-1961 e apoiado pelos setores públicos e privados, muitas transformações foram sendo registradas. Entre as principais destacamos a fundação de Brasília, como a nova capital do Brasil, possibilitando a criação de uma rede de integração rodoviária entre Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, entre outras ações. (BARRETTO, 2001).

Nesse contexto, o Brasil passa a assumir um novo perfil, dando os primeiros passos para um turismo sistematizado e o conseqüente surgimento de novos espaços para o planejamento do turismo, através da criação de órgãos municipais de turismo, verificado inicialmente em algumas capitais brasileiras, além da criação da Comissão Brasileira de Turismo - COMBRATUR, subordinada à Presidência da República - durante o governo de Juscelino Kubitschek, pelo Decreto-lei nº 44.863 de 21 de novembro de 1958, apresentando como finalidade “coordenar, planejar e supervisionar a execução da Política Nacional de Turismo, com o objetivo de facilitar o crescente aproveitamento das possibilidades do país, no que respeita ao turismo interno e internacional”. (FERRAZ, 1992, p. 23).

Em 1961, com a criação da Divisão de Turismo e Certames, pela Lei nº 4.408, como parte do Ministério da Indústria e do Comércio, se assiste a uma preocupação maior com a atividade turística, que pode ser observada

através da obrigatoriedade do registro para o funcionamento das agências de viagens e turismo. A COMBRATUR é extinta em 1962, sem deixar registro sobre uma política nacional de turismo. (BARRETTO, 2001).

Por sua vez, as questões que envolvem o planejamento turístico brasileiro tiveram início a partir de 1966 - com a extinção da Divisão de Turismo e Certames - e a criação da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), nos termos do Artigo 11 do Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966. Assim, o Governo brasileiro cria os primeiros instrumentos de regulamentação da atividade, com o intuito de: *incrementar o turismo como fonte de renda, de geração de emprego e de desenvolvimento socioeconômico*, e do Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), no qual um grupo de líderes do governo e empresários se reúnem para pensar e discutir o desenvolvimento do turismo no Brasil, dando origem à Política Nacional de Turismo (PNT), que conforme o artigo 1º, a PNT, *é a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou combinadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do país, que trata da criação de regras, normas, planos para o desenvolvimento e regulamentação da atividade, e que buscou formatar um modelo de planejamento com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do turismo no Brasil.* (BARRETTO, 2001).

Através de pesquisas e parcerias, o PNT adota o modelo de planejamento da Espanha, devido à semelhança em muitos aspectos geográficos, sociais e até econômicos, o qual sustenta como princípios: *o reconhecimento das potencialidades do território, a divisão por zonas e o fortalecimento e ordenação dos elementos e fatores responsáveis pela produção turística.*

Torna-se importante ressaltar que onze anos após a criação da EMBRATUR, na II Reunião do Sistema Nacional de Turismo, é criado o 1º documento contendo a Política Nacional de Turismo, no qual se pode destacar os seguintes itens: (DIAS e AGUIAR, 2002).

- Proteção ao patrimônio natural;
- divulgação e promoção dos valores culturais;
- incentivo ao turismo interno (fomento para projetos de pousadas e hotéis);
- estímulo ao turismo receptivo internacional (através de *fantours*);
- promoção e venda do turismo;
- formação e capacitação de recursos humanos para o turismo;
- apoio à entrada de divisas;
- apoio ao setor hoteleiro e às agências de viagens.

Mesmo passando por reformulações e atualizações, esses elementos permanecem como norteadores do processo de trabalho e das ações da Embratur na atualidade.

A Lei de 18 de novembro de 1966, de criação da Embratur, sancionada por Fernando Collor e Jarbas Passarinho pela Lei nº 8.181 de 28 de março de 1991, confere nova denominação para a Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, com sede e foro na cidade de Brasília, passando a receber novas competências e apresentando como finalidade *formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo.* (DIAS e AGUIAR, 2002).

2. POLÍTICA E PLANEJAMENTO TURÍSTICO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Muitas definições para o planejamento poderão ser encontradas, já que, devido à sua importância, pesquisadores e profissionais buscam investigar o planejamento e, assim, analisar os vários conceitos que venham a se adaptar com sua área de atuação. Estudiosos do Turismo, da Economia e da Administração, entre outros, se ocupam dessa tarefa, fornecendo subsídios para as mais diversas abordagens.

Para Ackoff, o planejamento pode ser entendido como: “processo de tomada de decisão que se destina a produzir um, ou mais de um, estado futuro desejado e que não deve ocorrer a menos que alguma coisa seja feita”. (*apud* BARRETTO, 2001, p. 11).

Ao se pensar no planejamento como “o processo de decisão”, é necessário lembrar que o planejamento turístico não trata “apenas de decidir o que deve ser oferecido no futuro para uma determinada área”. Essa tomada de decisão seria apenas uma parte de um processo global de “planejamento-decisão-ação” (HALL, 2001, p. 24).

Hall acrescenta que o planejamento é bem mais do que um plano, o qual define como um “conjunto de decisões para a ação no futuro”. O planejamento turístico está intimamente relacionado com a política pública, que é “tudo o que o governo decide fazer ou não em relação ao setor” (HALL, 2001, p. 26).

Beni (*in* LAGE e MILONE, 2000, p. 166) contribui ao definir política como “um curso de ação calculado para se alcançar objetivos específicos”. Assim, se tem que políticas “são orientações específicas para a gestão permanente do turismo, abrangendo os inúmeros aspectos operacionais da atividade” (*ibidem*). Trata-se de uma atividade política que, por sua vez, é influenciada por fatores econômicos, sociais e culturais, entre outros do próprio governo.

O planejamento pode ser entendido como a orientação do crescimento de uma atividade para garantir determinadas finalidades; conforme Bissoli (1999, p. 25), ele facilita a identificação dos nossos objetivos, desejos e aspirações e o seu confronto com a realidade. Exige uma coordenação de atividades interdependentes e a compatibilidade dos interesses em questão. O planejamento possui um caráter técnico, consultivo, administrativo e político, ao qual deve dar conta de tarefas como a elaboração dos modelos dos planos, dos programas ou dos projetos, bem como a coordenação entre as várias etapas, a análise, a revisão e a avaliação dos resultados do processo.

Por sua vez, o processo de planejamento da atividade turística exige estudos prolongados, de alto custo, com a participação de equipes interdisciplinares, integradas e em sinergia, além da necessidade de uma aprofundada pesquisa social, que poderá provocar inúmeras

mudanças estruturais, objetivando uma nova organização das atividades.

Para Beni (*in* LAGE e MILONE, 2000, p.166), o planejamento é o “processo de interferir e programar os fundamentos definidos do turismo”, que deve ser diferenciado de planejamento regional do turismo, que é bem mais amplo e, para o qual, atribui como definição “um conjunto de pólos de desenvolvimento turístico hierarquizados, unidos por uma infra-estrutura comum que, em sua totalidade, contribuem para dinamizar o desenvolvimento econômico e social de extensas partes do território nacional.

Beni (1999) destaca, ainda, a importância da palavra integrado e sustentabilidade no trato e elaboração do planejamento. O primeiro significa que todos os elementos ou componentes devem estar trabalhando, crescendo, se ajustando em sincronia, a um só tempo, para que o sistema global possa ser implementado. Deve-se ater para o presente, o passado e o futuro, porque lida com um conjunto de decisões sistematicamente relacionadas, ou seja, interdependentes e, por isso mesmo, escapa da decisão individual. A palavra sustentabilidade pretende refletir uma política e estratégia de desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente e dos recursos naturais, de cuja qualidade depende a continuidade da atividade humana e do desenvolvimento.

Conforme Ruschmann (1999, p. 10), “o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim que o turismo destrua as bases que o fazem existir”.

Por sua vez, Amato apresenta uma definição abrangente para o planejamento turístico, que o entende como:

[...] formulação sistemática de um conjunto de decisões, devidamente integrado, que expressa os propósitos de uma equipe e que condiciona os meios de alcançá-los. O planejamento consiste na definição dos objetivos, na ordenação dos recursos materiais e humanos, na determinação dos métodos e nas formas de organização, no estabelecimento das medidas de tempo, quantidade e qualidade, na localização

especial das atividades e em outras especificações necessárias para canalizar racionalmente a conduta de uma pessoa ou de um grupo de pessoas (*apud* HOLANDA, 1985, p.36).

Portanto, o planejamento assume definições das mais variadas e com diversas abordagens, mas, através das definições apresentadas, se pode observar que o processo de planejamento apresenta como característica principal a orientação voltada para o futuro. Barretto contribui com essa afirmação ao destacar que todas as definições de planejamento levam em conta duas idéias, a de “complexidade e a de ação voltada para o futuro” (BARRETO, 2001, p. 13).

Portanto, se tem que o planejamento é a fuga da improvisação, já que se frisa que é um pensar e um agir sistematicamente e com método, trata-se, ainda, de interferir nos resultados futuros de forma processual, isto é, contínua, prevendo possibilidades, permitindo descobrir e antecipar respostas, antever erros e controlar os resultados e monitorar a realização das suas ações.

3. O PLANEJAMENTO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

Entre as grandes invenções da humanidade, pode-se chamar especial atenção para a criação e desenvolvimento dos instrumentos de trabalho que permitiram ao homem dominar a natureza e colocá-la a seu serviço. Por outro lado, tem-se que esse desenvolvimento gera nas sociedades relações, causas, efeitos e conseqüências cada vez mais complexas e inter-relacionadas, algumas benéficas e outras. Por sua vez, assumem dimensões potencialmente negativas, exigindo, desse modo, a compreensão, a análise e a aplicação do processo, para que se possa minimizar os resultados negativos e, assim, se chegar a uma aproximação do ideal.

No entanto, em alguns casos, o planejamento não alcança êxito e não chega, nem mesmo, a ser implantado. Sugere-se que os principais motivos do fracasso de alguns planos, projetos e/ou programas, possam estar ligados aos seguintes fatores: as constantes trocas na administração pública acarretam a desconti-

nuidade dos projetos, engavetamento, esquecimento; a falta de profissionais especializados na elaboração e liderança dos projetos; a falta ou escassez de verba destinada ao setor de turismo na área pública; a complexidade e abrangência do setor de turismo não é compreendida na sua globalidade e amplitude, acarretando planos, programas e projetos que não atingem todos os níveis de competências.

Uma das alternativas para que se alcance o desenvolvimento consciente encontra-se ligado a organizar, dirigir e impulsionar de forma racional o crescimento e o desenvolvimento como um todo. Nesse sentido, se tem como recurso metodológico o planejamento da atividade turística, que se apresenta como uma contribuição para o desenvolvimento, por meio de sua intervenção nas relações sociais, econômicas e culturais de produção do turismo. Por isso mesmo, assume uma responsabilidade e dimensão em várias esferas.

Desse modo, o planejamento:

- Contribui para que as tarefas sejam melhores realizadas e os objetivos sejam mais facilmente atingidos por pessoas ou organizações;
- Ordena as ações e estabelece prioridades;
- Permite mapear dificuldades ou obstáculos;
- Objetiva racionalizar as providências que serão desenvolvidas para transformar (ou não) uma cidade num grande destino turístico;
- Permite parcerias produtivas e aceleradoras do processo;
- Funciona como um instrumento que facilita as decisões sobre o que, como, quando, quem, onde fazer no futuro;
- Define uma previsão de custos;
- Estabelece as responsabilidades no tempo e no espaço e no âmbito de interesses.

Outro aspecto importante, que deve ser levado em conta, é que o planejamento busca minimizar os impactos negativos que poderão ser causados na comunidade com a chegada de grandes fluxos turísticos. Sem a devida organização para essa demanda, os impactos

poderão atingir várias esferas, refletindo na comunidade e nas comunidades de entorno. Mas, em contrapartida, se propõe a maximizar os efeitos positivos com maior intensidade.

O planejamento deve estar centrado em alguns pressupostos básicos, pois, além de estar em concordância com as políticas, deve refletir também a vontade da população quanto ao desenvolvimento do turismo, precisa estar sintonizado quanto ao envolvimento e participação efetiva da comunidade, contribuindo para a futura relação população local x visitante, motor para o desenvolvimento sustentável do destino turístico e o conseqüente benefício aos residentes.

O planejamento passa por uma base científica, afastando-se da idéia de trabalhar no método empírico. Desse modo, a utilização de métodos científicos perpassa e orienta o planejamento, já que requer a compreensão dos problemas e distribuição harmônica das especialidades e responsabilidades, em outras palavras, demanda conhecimento (metodologia) por parte da equipe de planejadores. À parte disso, o planejador e profissional da área exerce fundamental participação como um mediador do processo, além de disponibilizar técnica e metodologia adequadas.

Desse modo, se tem que a atividade turística pressupõe a estruturação do núcleo receptor e do seu entorno, para estar em condições de receber organizadamente os visitantes, objetivando o desenvolvimento socioeconômico, que pode ser conquistado através de um planejamento integrado e sustentável, resultando na transformação das estruturas organizacionais e funcionais da sociedade, em várias áreas de abrangência, visando alcançar um futuro desejado.

4. O AMBIENTE DO PLANEJAMENTO

O planejamento deve ser entendido como um processo modificador das estruturas sociais, econômicas e político-administrativas, além de manutenção e integração nas questões relacionadas ao meio ambiente e sua utilização consciente. Portanto, se desenvolve

em ambiente interdisciplinar, ao qual se pode observar a relevância da integração de vários setores, como, por exemplo, o setor público em harmonia e parceria com o setor privado e, este, por sua vez, em harmonia e parceria com a vontade da comunidade. Esse tripé dará sustentação ao planejamento de forma integrada e crescente, ampliando o ciclo de vida do produto. (RUSCHMANN, 2001).

5. COMPETÊNCIAS DO PLANEJAMENTO DO TURISMO

É de competência do estado, através da criação e implantação de políticas, gerar bem-estar social para a comunidade e turistas/visitantes, além de fomentar o desenvolvimento do turismo sem, no entanto, visar lucro. O setor público deve conquistar o engajamento e parcerias com a iniciativa privada e com a comunidade.

Atribuições do estado:

- Estabelecer diretrizes e políticas para o desenvolvimento do setor;
- Estabelecer normas e regulamentos de preservação ambiental, bem como para abertura e funcionamento de equipamentos e serviços turísticos;
- Criar mecanismos de fiscalização e controle;
- Criar infra-estrutura básica;
- Promover o desenvolvimento turístico (nacional, estadual e municipal);
- Criar condições para a captação de recursos, obtenção de créditos e financiamentos;
- Realizar pesquisas e estatísticas sobre o turismo;
- Fomentar o turismo como um todo;
- Atrair financiamentos internacionais e nacionais com programas para o desenvolvimento do turismo e preservação ambiental;
- Coordenar o turismo com outras atividades econômicas, integrando seu desenvolvimento aos planos econômicos e físicos do país;
- Incentivar a capacitação profissional.

Atribuições da iniciativa privada:

- Observar leis e regulamentos, mecanismos de fiscalização e controle;

- Participar de comitês e conselhos representativos;
- Atuar na construção, no desenvolvimento e na manutenção dos equipamentos e infra-estrutura turística;
- Utilizar mão-de-obra capacitada;
- Criar e participar de associações (articulações entre empresários e governo);
- Estabelecer convênios e parcerias, gerando benefícios para ambos;
- Manter-se atualizado;
- Manter a qualidade de seu estabelecimento.

Atribuições da comunidade:

- Criar associações e comissões de participação efetiva;
- Eleger lideranças representativas;
- Estar presente nas discussões que envolvem o planejamento do município;
- Desenvolver habilidades herdadas para a preservação e divulgação da cultura;
- Contribuir de forma efetiva nas questões que envolvem o desenvolvimento do turismo.

Desse modo, pode-se inserir a idéia de um planejamento integrado e sustentável da atividade turística, a partir do diálogo que será estabelecido entre os gestores do turismo para a implantação das propostas de ação, relacionadas às políticas observadas na esfera do desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu observar que o planejamento é um instrumento de gestão de determinado espaço e a otimização dos recursos disponíveis num território, harmonizando as diversas áreas de interesse, visando objetivar a organização para o desenvolvimento socioeconômico do local e do seu entorno, observando os princípios da sustentabilidade. Pode ser resumido como um sistema inter-relacionado de fatores da oferta e da demanda. O seu êxito irá depender da integração e das competências para as responsabilidades que cabe a cada parte.

Os fatores apontados devem ser acrescentados da necessidade de uma profunda investigação no ambiente administrativo e perfil

socioeconômico, nos recursos existentes e no estágio em que se encontra o turismo na região e sua tendência, somada da análise da participação da sociedade quanto à produção de bens e serviços turísticos.

Logo, o planejamento do turismo visa à viabilidade da atividade turística no sentido de fortalecer, melhorar a qualidade e buscar o diferencial. Para tanto, a noção de sistema, de integrado, de processo e de sustentabilidade, devem nortear as ações definidas para o planejamento.

Desse modo, optou-se por uma investigação acerca das questões que envolvem o planejamento do turismo, buscando, na sua limitação, ser uma contribuição para o desenvolvimento, visando à integração e à sustentabilidade do turismo. O estudo se desenvolveu na presença de assuntos latentes e inquietantes que permeiam a maioria das investigações científicas, mas que fazem da reflexão e do diálogo uma ponte para o conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETTO, Margarita. **Planejamento e Organização em Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- BENI, Mário Carlos. **Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo**. Turismo em Análise, São Paulo:ECA-USP, vol.10, n.1, p. 07-17, maio, 1999.
- _____. **Dimensão e dinâmica de Clusters no desenvolvimento sustentável do turismo**. Turismo: dimensões e perspectivas. Maringá/PR: Nobel, vol.1, n.1, p. 9-16, dezembro, 2001.
- _____. **Política e estratégia do desenvolvimento regional - planejamento integrado e sustentável do turismo**. Pg. 165-171. In LAGE, Beatriz H.; MILONE Paulo César. *Turismo teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.
- BISSOLI, Maria Ângela Marques A. **Planejamento Turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 1999.

BOAS, Vilas Regiane. **Modelo conceitual para planejamento e gestão de programas turísticos.** Turismo em Análise. São Paulo: ECA-USP, vol.15, n.1, p.89-102, maio, 2004.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina R. **Fundamentos do Turismo.** São Paulo: Alínea, 2002.

FERRAZ, Joandre Antônio. **Regime Jurídico do Turismo.** Campinas: Papirus, 1992.

HALL, C. Michael. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos.** São Paulo: Contexto, 2001.

HOLANDA, Nilson. **Planejamento e elaboração de projetos.** Rio de Janeiro: MEC/Fena-me, 1985.

LAGE, Beatriz H.; MILONE Paulo César. **Turismo teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2000.

MÜLLER, Dalila. **Planejamento Turístico: reflexões.** In RETUR - Revista Eletrônica de Turismo. Faculdade Cenequista Presidente Kennedy. Vol. 3 - nº1, maio, 2004.

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas, SP: Papirus, 1999.

_____. *in* ANSARAH, Marília (org.) **Turismo, como aprender, como ensinar.** V.2, São Paulo: SENAC, 2001.